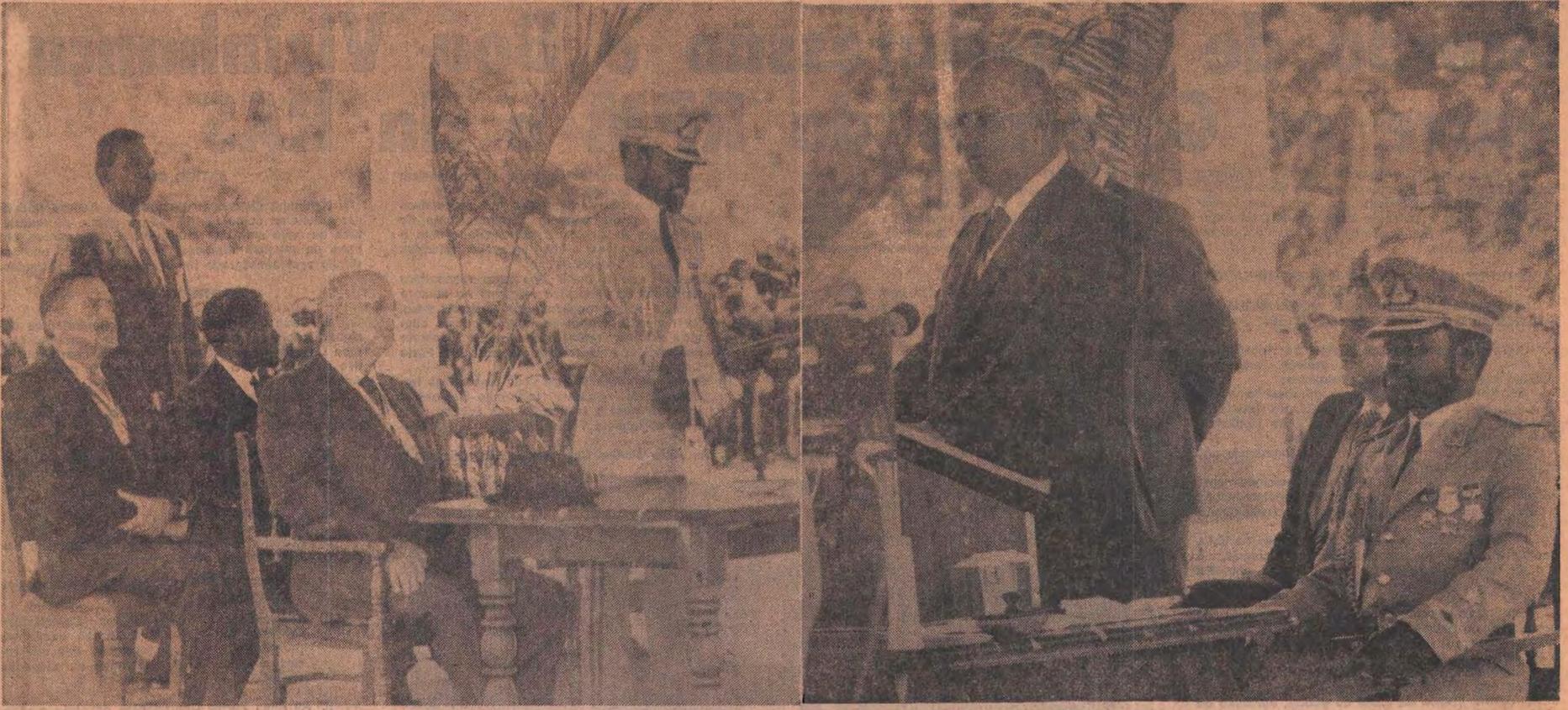


Check if we have these doc's in A4

nacional • nacional • nacional • nacional • nacional



Momento em que o Presidente Samora Machel proferia o seu discurso

Pieter Boiha discursando durante a cerimónia

A Coexistência Pacífica e Boa Vizinhança são a única alternativa sensata

— Presidente Samora Machel na assinatura do Acordo RPM-RAS

«A coexistência pacífica, o respeito mútuo, as relações de boa vizinhança, são a única alternativa sensata, para que o nosso futuro se liberte do espectro da violência e destruição» — disse o Presidente Samora Machel ao discursar ontem após a cerimónia da assinatura do Acordo entre os Governos da RPM e da RAS.

«Eis na íntegra o discurso do dirigente moçambicano:

«Acordo. Continuaremos a estar conscientes das contradições que subsistem, mas sabemos reconhecer que estamos indissolivelmente ligados pela geologia e pela vizinhança. A coexistência pacífica, o respeito mútuo, as relações de boa vizinhança, são a única alternativa sensata, para que o nosso futuro se liberte do espectro da violência e destruição. A República Popular de Moçambique defende a Paz como o bem mais precioso da Humanidade, como a

taríamente ser explorados em benefício dos povos, salvaguardando sempre os interesses nacionais de cada Estado. As relações económicas entre os nossos Estados devem desenvolver-se numa forma sã e correcta. Não podemos nem devemos ignorar que as nossas relações têm uma tradição histórica, que valorizou a contiguidade geográfica entre os dois países. Mas, devemos igualmente reconhe-

Estes objectivos estão solenemente proclamados na Declaração de Lusaka que instituiu a SADCC, e uma vez mais queremos aqui reafirmar a nossa inteira fidelidade a tais princípios. Senhor Primeiro-Ministro, Os nossos Estados souberam traçar a via da coexistência. Souberam discutir entre si. Souberam entre si caracterizar os seus interesses e ob-

fazer dos seus oceanos estradas da Paz, de unidade, de amizade e cooperação entre os povos. A África inteira combate para afastar do Continente os horrores de uma catástrofe nuclear. Os povos africanos sempre lutaram para eliminar as causas geradoras de conflitos, de tensão, de guerras. Sempre lutaram para erradicar a dominação e exploração estrangeiras e, na paz, construir o progresso, o bem-estar e a felicidade. Nesta luta pela dignidade e personalidade do homem africano, a Organização da Unidade Africana foi e continua a ser instrumento importante para a materialização das aspirações mais legítimas dos povos do nosso Continente. Não podemos deixar de aproveitar esta ocasião para prestarmos a nossa homenagem aos fundadores e inspiradores da OUA. Há mais de 20 anos uma pleiade insigne de dirigentes africanos teve a lucidez, a visão histórica e a coragem de dar corpo à aspiração de Unidade para prosseguir a luta dos povos africanos pela libertação do nosso Continente.

O Acordo que concluímos contribui significativamente para estes nobres objectivos. Mais ainda, ele permite que os esforços da região se concentrem na luta prioritária do Continente e da Humanidade: a luta contra a fome, a doença, a ignorância, a miséria e o subdesenvolvimento. Que a África surja como zona de progresso onde a razão prevaleça sobre o ódio e os preconceitos, e os esforços do homem se concentrem na luta pelo desenvolvimento e pelo bem-estar. Paz, segurança, estabilidade e progresso foram sempre objectivos da luta do Povo moçambicano. Em 1964, o nosso povo desencadeou a luta armada contra o colonialismo português para conquistar a independência nacional e eliminar um dos factores que perturbava a paz na nossa zona. Em 1974, dez anos depois, aquele objectivo foi alcançado. Volvidos outros 10 anos, estamos aqui a estabelecer bases para que entre dois Estados da zona austral do nosso Continente prevaleça um clima de boa vizinhança e paz.

Senhor Primeiro-Ministro da República da África do Sul, Senhora Boiha, Senhores Ministros, Caros Convidados, Minhas Senhoras, Meus Senhores,

A assinatura do Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança, representa um momento alto da história das relações entre os nossos dois Estados, um momento alto da história da nossa região.

Os princípios que inscrevemos no Acordo de Nkomati são princípios de validade universal que regem as relações entre Estados soberanos, independentemente dos seus sistemas políticos, económicos e sociais. São princípios que abrem perspectivas novas no relacionamento entre os nossos Estados, no sentido de garantir uma paz sólida e duradoura entre os dois países vizinhos. São princípios que estabelecem uma nova situação na nossa zona, uma situação de paz e de boa vizinhança.

O Acordo de Nkomati é um documento único entre Estados da nossa zona. A sua necessidade resultou não tanto das diferenças que opõem os nossos Estados, mas sobretudo do processo de confrontação que se desenvolveu, gerando a consciência de que não era este o caminho que melhor servia os interesses dos nossos dois países.

Assumimos aqui o compromisso solene de não desencadarmos acções agressivas, de qualquer tipo, e contra o outro, e criamos condi-

ções para, com honra e dignidade, ver instar-se uma nova fase de estabilidade e segurança nas nossas fronteiras comuns. Não queremos que a África Austral, e, em particular, os nossos dois países, sejam palco de um conflito generalizado. Por isso consagramos no Acordo de Nkomati o princípio de que os nossos Estados não serão utilizados por qualquer outro Estado ou conjunto de Estados para pôr em causa a soberania, a integridade territorial ou a independência dos nossos países.

Estamos assim a lançar bases para romper definitivamente o ciclo de violência que se instalou nesta zona do Continente. Violência que resultou sobretudo das pesadas heranças de que somos portadores. Violência que se iniciou há alguns séculos, quando a dignidade e a personalidade dos povos do Continente foram espezinhadas pela agressão, a dominação e a exploração do colonialismo europeu.

A África foi assolada pela brutalidade das guerras escravagistas e de conquista colonial, que trouxeram a divisão, a humilhação, a miséria e a destruição aos povos do Continente. Somos um Continente de sobreviventes. Sobrevivemos à escravatura, sobrevivemos às guerras de conquista, sobrevivemos à brutalidade da repressão quando quisemos ser donos dos nossos próprios destinos.

Por isso, estamos bem conscientes do valor da paz, da necessidade de rejeitarmos as heranças que nos dividem. Assumimos assim a responsabilidade perante o Mundo e perante a História, de assegurar a perenidade deste Acordo, de eliminarmos as causas que constituem a fonte da violência, da guerra e da confrontação.

As diferenças entre as nossas concepções políticas, económicas e sociais são grandes e até antagónicas. Contudo, sabemos honradamente reconhecer tais diferenças no duro e difícil caminho das conversações francas e abertas que nos conduziram a este



E ouvindo atentamente o discurso de Samora Machel

aspiração mais profunda de todos os povos. A Paz e a coexistência estão inscritas na nossa Constituição. Foi com base na nossa política socialista de Paz que desde o primeiro encontro entre os nossos Governos, em 17 de Dezembro de 1982, propusemos que, formal ou informalmente, igualdade e a dignidade do Homem, acordássemos em fazer prevalecer a coexistência e a Paz entre os nossos Estados.

Há Paz quando se verifica o respeito entre Estados pela soberania, pela independência e pela integridade territorial.

Há Paz quando há harmonia, tranquilidade física, material, espiritual e social.

Há Paz quando, sem discriminação, se respeita a vida, a liberdade, a dignidade e o bem-estar social.

Depois de uma longa época de conflitos armados surgem esperanças de Paz. Há que transformá-las em realidade. Há que fazê-las florescer e torná-las cada vez mais férteis e fecundas.

A perspectiva de Paz abre possibilidades à valorização dos imensos recursos em que abunda a nossa região. Estes recursos devem priori-

zar as relações de dependência económica não são factor de estabilidade e progresso harmonioso, e por isso o nosso Estado rejeita todo o tipo de relacionamento que possa limitar, por qualquer forma, a sua independência, ou torná-lo economicamente dependente de um outro país. Sabíamos encontrar, na área económica, como valorizar recursos, infra-estruturas e situações que, constituindo uma experiência das nossas relações, são susceptíveis de trazerem vantagens e benefícios recíprocos, numa base de igualdade.

É neste contexto que o Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhança tem um papel importante a desempenhar, pois sem paz e tranquilidade não há desenvolvimento.

Estabelecemos relações de cooperação no âmbito da SADCC, com Estados da África Austral.

Como já tivemos ocasião de afirmar, a SADCC não foi criada contra a África do Sul. O seu objectivo central é a eliminação da fome, da nudez, do analfabetismo e o melhoramento do nível de vida dos povos da região. Os Estados membros da SADCC recusam depender economicamente da África do Sul, como de qualquer outro país.

jectivos. Muitos se surpreenderam da rapidez com que encontramos as respostas, e da nossa capacidade em fazê-lo sem interferências exteriores a nós.

Nós, Povo moçambicano, queremos desenvolver relações amistosas com o Povo sul-africano. Nenhum de nós, moçambicanos ou sul-africanos, tem outra Pátria. Não somos estrangeiros ao nosso Continente, às nossas Pátrias.

Temos que conviver na base do respeito mútuo, da liberdade, da igualdade, da justiça. Estes são princípios fundamentais do nosso Estado, princípios que constituem a essência mesma da nossa concepção de sociedade livre e democrática, princípios com os quais nos mantemos coerentes e a que somos intransigentemente fiéis.

Temos como objectivo que a nossa região se afirme como modelo de Paz. Não queremos que a África Austral ou o nosso Continente sejam a base de quaisquer conflitos armados. Não queremos, particularmente, ser detonadores de uma confrontação à escala mundial.

A luta de libertação dos povos africanos foi para alcançar a paz. A África inteira continua a luta para se transformar em zona de Paz,

Nesta grandiosa epopeia de libertação de África, muitos foram os heróis, que por esta causa tão nobre, sacrificaram as suas vidas. É profunda a nossa emoção, neste momento, ao evocarmos as suas memórias, que ficarão para sempre gravadas com respeito e carinho na História de África.

Queremos sublinhar o papel decisivo que têm desempenhado os dirigentes dos países da Linha da Frente a que nos encontramos unidos, há longa data, na causa da libertação do nosso Continente e na busca da paz e do progresso, na busca da justiça e da igualdade nesta zona da África.

Saudamos as figuras ilustres de Mwalimu Julius Kambage Nyerere e do Dr. Kenneth David Kuanda, que souberam fazer dos seus povos aliados seguros e inquebrantáveis na libertação do Povo moçambicano. Esta respeitosa homenagem aos povos da Tanzânia e da Zâmbia estende-se a todos os povos que souberam fazer, da nossa luta, a sua própria luta, para se alcançar a paz e a liberdade.

O esforço para alcançar a Paz exigiu determinação, perspectiva histórica correcta e firmeza. Chegou o momento em que, mais que os textos e as formulações jurídicas, para nós conta a palavra dada, o sentido do engajamento, a boa fé.

O Governo da República Popular de Moçambique, no espírito, e não só na letra, cumprirá a sua palavra. Senhor Primeiro-Ministro, Senhores Convidados, Sempre lutámos pela Paz, igualdade e progresso, pronunciando a palavra de ordem do FRELIMO, A LUTA CONTINUA!

Hoje, a luta continua pela igualdade, pela democracia, pela justiça, para que no nosso Continente todos sejam iguais. Hoje, pela Paz, estabilidade, boa vizinhança e progresso, A LUTA CONTINUA!

Muito Obrigado.



Lado a lado, Samora Machel e Pieter Boiha dirigem-se ao local onde decorreu a cerimónia



Parte da delegação moçambicana, escutando os Hinos Nacionais dos dois países